

do Rio Grande do Sul (89,47%), sendo 35,29% do município de Pelotas. Os estudantes foram questionados sobre os motivos que os levaram a optar pela Medicina Veterinária, os resultados mostrando que a maioria dos entrevistados tendeu para lado afetivo e de preferência pessoal; “admiração pela carreira” (35,06%) foi a alternativa mais assinalada, seguida de “gostar de animais” (24,56%), além da “convivência com o meio rural” (24,56%). Na avaliação das noções dos estudantes sobre a área da saúde pública veterinária foram elaboradas questões com exemplos das atividades mais conhecidas popularmente do médico-veterinário na saúde pública, com objetivo de averiguar o conhecimento sobre a área estudada. Observou-se que a porcentagem de acertos das questões sobre a atuação do médico-veterinário foi de 54,38% para área de vigilância epidemiológica, 66,66% para vigilância sanitária e 63,15% para gestão e planejamento em saúde. Embora a maioria dos entrevistados (98,24%) afirme que o médico-veterinário possui formação para atuar em saúde pública, metade (49,12%) desconhece que o tema esteja inserido na matriz curricular de seu curso. Da mesma forma, enquanto todos os alunos declararam a relevância do profissional atuar nessa área, a maioria mostrou-se desinformada quanto ao desenvolvimento de atividades desse profissional no Sistema Único de Saúde (SUS), e 47,36% não tinha conhecimento do assunto. Os estudantes relataram ter o conhecimento da importância do profissional na área da saúde pública, mas desconheciam a lei que inclui o médico-veterinário na área da saúde. Os resultados obtidos evidenciaram que os estudantes de graduação em Medicina Veterinária da UFPel embora tenham afirmado conhecer a importância do médico-veterinário em saúde pública desconheciam alguns conceitos e como se dá a atuação desse profissional. A valorização da área deve ser dada durante o desenvolvimento do curso de graduação, por isso se faz necessário que os alunos adquiram o conhecimento durante a etapa de formação, para que a profissão ocupe o espaço devido no âmbito da área de saúde, com estratégias pedagógicas que incluam de fato o estudante nesse serviço de saúde.

12 O MÉDICO-VETERINÁRIO INSERIDO NO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF) DE PIRAQUARA/PR – RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

SANTOS, D. M.¹; MORIKAWA, V. M.²; LOPES, M. O.²

¹ Médica-veterinária residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: danieli_muchalak@yahoo.com.br

² Professora e Doutora, Departamento de Saúde Comunitária (UFPR).

Recentemente, a Medicina Veterinária foi inserida no escopo do trabalho da atenção básica (AB), particularmente nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), contemplado na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de AB para o Sistema Único de Saúde (SUS). A entrada desses profissionais no campo da prevenção e do controle de doenças e nos serviços de saúde pública em geral foi possível devido ao seu reconhecimento enquanto profissional da área da saúde e pela importância que as zoonoses apresentam no campo das doenças transmissíveis. A inserção de médicos-veterinários (MV) no NASF faz justiça a uma classe profissional que trabalha em prol da saúde pública há muitos anos, porém vem ocorrendo ainda de maneira tímida, passando por uma série de dificuldades. O trabalho relata a experiência profissional da inclusão do MV, a partir de 2016, na rede de AB do município de Piraquara/PR por meio do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Esse profissional foi inserido no NASF Central de Piraquara/PR, prestando suporte às Equipes de Saúde da Família (ESF) de três unidades básicas de saúde do município. Ao longo das atividades desenvolvidas pelo núcleo

de apoio, depreendeu-se a necessidade de serem trabalhadas estratégias de ação que integrassem a atuação desse profissional às atividades já desenvolvidas pelas ESF. Dessa maneira, ele passou a participar de grupos e programas como: grupo Caminhando e Contando, que visa a saúde física e mental dos usuários; processo de territorialização e confecção dos mapas inteligentes; educação em saúde nas escolas municipais; reuniões de matriciamento; educação permanente dos profissionais de saúde; Hiperdia; análise de dados epidemiológicos; e planejamento de ações para controle de zoonoses, educação em higiene pessoal e controle populacional de cães e gatos, oportunizando a troca de saberes e, consequentemente, ampliando a resolutividade clínica-preventiva na AB municipal. Dentre as dificuldades enfrentadas, destaca-se a falta de compreensão da ESF, assim como da população coberta quanto ao papel do MV na saúde pública. Os NASF são equipes multiprofissionais, que devem atuar de maneira integrada, compartilhando práticas e saberes com as equipes de referência apoiadas, buscando auxiliá-las no manejo ou resolução de problemas clínicos e sanitários, bem como agregar práticas na AB que ampliem o seu escopo de ofertas. Posto que o MV possui amplo campo de atuação profissional em saúde pública, que abrange diversos segmentos, como: ensino/pesquisa/extensão; vigilância em saúde (epidemiológica, ambiental, sanitária e do trabalhador); controle de zoonoses; tecnologia e inspeção de produtos de origem animal; planejamento e gestão; educação em saúde; defesa sanitária animal; segurança alimentar; prevenção e promoção da saúde, entre outros, torna-se imprescindível que esse profissional possa apoiar as ESF e contribuir com a troca de saberes prevista no NASF. Dessa maneira, para concretizar e solidificar a inclusão do MV nas equipes multiprofissionais, torna-se fundamental um intenso trabalho de divulgação, de forma a sensibilizar e a tornar claro o papel do MV na saúde pública para gestores públicos e profissionais de saúde, bem como para as comunidades envolvidas, uma vez que considerável parcela da população ainda não tem o conhecimento da importância da Medicina Veterinária na AB ou de seu papel na sociedade.

13 UNIDADE MÓVEL DE ESTERILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE (UMEES) E SEU PAPEL NO MANEJO POPULACIONAL DE CÃES E GATOS

ARAÚJO, G. D.¹; YAMAKAWA, A. C.²; HAISI, A.³; GARCIA, R. C. M.³

¹ Médico-veterinário residente em Medicina Veterinária do Coletivo da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: guilherme.d.a@bol.com.br.

² Graduandas de Medicina Veterinária (UFPR).

³ Docente do Departamento de Medicina Veterinária (UFPR).

A Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde (UMEES) é uma unidade cirúrgica veterinária móvel que iniciou suas atividades de extensão em 2010 por meio de convênios firmados entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e as prefeituras de Curitiba e sua região metropolitana. O objetivo do projeto inclui auxílio às gestões municipais acerca de manejo populacional de cães e gatos, com o emprego da esterilização cirúrgica dos animais associada a programas educativos sobre tutoria responsável, zoonoses e bem-estar animal. A triagem de tutores a serem contemplados pelo projeto respeita requisitos básicos impostos pela prefeitura conveniada, entre os quais: obrigatoriedade de serem residentes em determinado município; comprovação de renda familiar média predeterminada; e disponibilidade de visitas pré-programadas para vacinação e vermifugação dos animais. Além de municípios contemplados, algumas gestões públicas também incluem esterilização cirúrgica de cães comunitários. Depois de participarem de uma palestra educativa sobre tutoria responsável, zoonoses e bem-estar animal, os municípios

têm seus animais encaminhados para o exame clínico pré-operatório, que inclui anamnese, exame físico geral e coleta de sangue para exames bioquímicos e hematológicos. Os animais aptos são encaminhados para cirurgia de ovário-salpingo-histerectomia ou orquiectomia, ambas realizadas dentro da unidade móvel instalada em local adequado disponibilizado pela prefeitura conveniada. Todas as etapas do pré, trans e pós-operatório são realizados por alunos de graduação, pós-graduação, residentes e professores de Medicina Veterinária da UFPR. Os pacientes são acompanhados até a alta cirúrgica, que ocorre com dez dias de pós-operatório. Entre os anos de 2010 e 2015 foram realizados 1.259 exames clínicos, dois quais 984 animais foram castrados. Como perspectivas futuras, o projeto de extensão UMEES visa a aumentar as atividades educativas e de castração em razão do crescente interesse da população e dos órgãos municipais em formar convênios com a UFPR. A combinação do controle reprodutivo com ações educacionais sobre tutoria responsável e bem-estar animal influenciam as gestões municipais e a população local a assumirem responsabilidades tanto com seus animais quanto com a sociedade em torno, criando visões amplas sobre a relação humano-animal e a saúde única. Portanto, as ações do projeto visam à sensibilização sobre a causa animal, ao aumento de sua qualidade e expectativa de vida, e à mudança dos paradigmas sobre seu papel na sociedade.

14 FRENTE PARLAMENTAR PORTO ALEGRE SEM MAUS-TRATOS A ANIMAIS

SPRENGER, M. L. S.¹

¹ Vereadora da Câmara Municipal de Porto Alegre e Bacharel em Ciências Contábeis. E-mail: lourdesvereadora@gmail.com

Em razão do elevado número de casos de maus-tratos a animais em Porto Alegre, os quais são comprovados pelo registro de mais de 15 mil solicitações de fiscalização de maus-tratos a animais na capital desde julho de 2011, foi criada a Frente Parlamentar Porto Alegre Sem Maus-Tratos a Animais, em dezembro de 2013, que realiza reuniões periódicas no Plenário Ana Terra da Câmara Municipal de Porto Alegre para debater os temas propostos por protetoras e apoiadores da causa animal, com a intervenção do poder executivo, Ministério Público e terceiro setor. As reuniões da frente visam à produção de documentos a serem encaminhados aos órgãos públicos para o desencadeamento de ações concretas, principalmente, para que não haja impunidade diante de maus-tratos a animais.

15 EXPERIÊNCIA DE MÉDICOS-VETERINÁRIOS RESIDENTES E APRIMORANDOS ATUANDO COM EQUIPE MULTIPROFISSIONAL EM AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE E ATENÇÃO PRIMÁRIA

SANTOS, V. P.¹; GOMES, A.¹; GASPARELLO, I.²; VILELA, P. A.³; ZOPA, A. L. V.³; LUCAS, S. R. R.³; BAIAN, S. C.³; BORELLI, P.⁴; EPIPHANIO, S.⁴; AMORIM, C.⁵; ANGELO, B. J.⁵

¹ Médicos(as)-veterinários(as) aprimorandos(as) do Hospital Veterinário da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (Hovet FMVZ-USP). E-mail: viniciusperez.vet@gmail.com.

² Médica-veterinária residente (Hovet FMVZ-USP).

³ Docente de Clínica Médica (FMVZ-USP).

⁴ Docente da Faculdade de Ciências Farmacêuticas (USP).

⁵ Graduanda da Faculdade de Ciências Farmacêuticas (USP).

A publicação da Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, que inclui o médico-veterinário no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), foi um marco no reconhecimento da Medicina Veterinária como

participante da área de saúde (Resolução CNS nº 287, de 8 de outubro de 1998). O conceito atual de família vem sendo repensado, levando-se em conta principalmente os laços afetivos (FARACO, 2008). Diante do fato de que os animais são considerados, cada vez mais, como membros da família, os médicos-veterinários residentes e aprimorandos do Hospital Veterinário da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo foram convidados a participar da Jornada Científica Acadêmica da Farmácia e Bioquímica, organizada por alunos da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP, coordenados e orientados por docentes, com objetivo de promover a atenção primária e a educação em saúde à população da cidade de Santa Cruz da Esperança (SP). Os residentes realizaram visitas domiciliares e aplicação de questionários para avaliação de aspectos populacionais, sanitários e de manejo dos animais, além de conhecimento da população acerca de zoonoses. Paralelamente, realizaram ações educativas com adultos e crianças, diálogo com agentes comunitários de saúde e campanha de vacinação antirrábica em parceria com o serviço de saúde local. Foram entrevistadas 33 pessoas, das quais 45% alegaram não ter nenhum conhecimento sobre zoonoses. Dentre os 65 animais avaliados, cerca de 27% eram criados de forma semi-domiciliada, 58% não eram imunizados e 86% não eram castrados. Esse modelo de criação marcado por ausência de medidas profiláticas evidencia a ausência de orientações adequadas quanto à guarda responsável e favorece a ocorrência de situações que colocam em risco a vida dos animais e das pessoas. Considerando-se a família como um complexo sistema do qual fazem parte os animais de estimação, a ação evidenciou a importância da participação de médicos-veterinários em equipes multiprofissionais que devem atuar não apenas para mediar problemas ou abordar doenças, mas também no sentido de acolher e empoderar a unidade familiar, auxiliando a mobilizar recursos pessoais de enfrentamento e autogestão na elaboração de soluções.

16 ACOMPANHAMENTO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE COMBATE ÀS ENDEMIAS COMO UMA ESTRATÉGIA PARA A DIVULGAÇÃO DA SAÚDE ÚNICA

CAMPOS, D. B.¹; CIRILO, E. S.²; GUIMARÃES, F. A. S.²; BARBOSA, G. S.²; OKUMURA, R. S. A.²; SILVA JÚNIOR, F. J. T. M.²

¹ Professora de Medicina Veterinária do Departamento de Ciências Veterinárias da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), CCA, *Campus II*, Areia/PB. E-mail: campos.danila@gmail.com.

² Graduandos(as) em Medicina Veterinária (UFPB).

Os agentes comunitários de saúde (ACS) e os agentes de combate às endemias (ACE) participam da Estratégia de Saúde da Família atuando diretamente nas comunidades. Nesse sentido, esses profissionais tornam-se importantes no elo entre os usuários e o serviço de saúde, divulgando informações e vivenciando a rotina das famílias. O trabalho avaliou a percepção dos ACS e ACE de municípios paraibanos (Alagoa Grande, Araruna, Areia e Pilões) quanto ao controle e prevenção de zoonoses e doenças zoonóticas, relatando as atividades de acompanhamento desses agentes em suas visitas domiciliares. Foi elaborado um questionário semiestruturado, aplicado a 24 ACE e a 87 ACS, abordando questões relacionadas à incidência de zoonoses, à epidemiologia e à rotina de trabalho. Depois da análise dos dados, foi evidenciado que entre as zoonoses de maior incidência estavam a leishmaniose, com 62 citações, seguida de tuberculose, com 49 citações, raiva e doença de Chagas, ambas com sete citações, e toxoplasmose, citada seis vezes. Quanto às doenças zoonóticas mais prevalentes, observou-se que 100% dos ACE citaram a dengue. Quando questionados se observavam uma diferença na incidência das zoonoses na zona rural e zona urbana,